**PLANEJAMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS SANITÁRIAS NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR, NORDESTE/ RN**

**Cleanto Fernandes de Sousa**

Graduado em Geografia. Atualmente discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* CAMEAM, Pau dos Ferros-RN.

E-mail: [cleanto-oeste@hotmail.com](mailto:cleanto-oeste@hotmail.com)

**Maria Losângela Martins de Sousa**

Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* CAMEAM, Pau dos Ferros-RN

e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* CAMEAM, Pau dos Ferros-RN.

E-mail: [losangelaufc@gmail.com](mailto:losangelaufc@gmail.com)

**RESUMO:**

As políticas públicas de saneamento básico são consideradas como um pré-requisito para promoção de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos às condições dessas políticas no Brasil e especificamente no território do Alto Oeste Potiguar/ RN estiveram quase sempre relacionadas com a falta de compromisso dos órgãos públicos governamentais em considerar o saneamento como prioridade para o desenvolvimento territorial sustentável. Considerando que as atuais políticas públicas de planejamento não levam em conta a preservação de espaços que apresentam características de vulnerabilidade sanitária. Esse trabalho tem como objetivo discutir o planejamento territorial e políticas públicas de Saneamento Básico no Alto Oeste Potiguar/ RN. Será adotado como método de estudo a pesquisa exploratória, que se dará através de revisão bibliográfica e fontes secundárias a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2016) e da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura – SDI (2014). Esses dados serão analisados a partir dos autores que discutem a temática em si e em forma de tabelas, que mostrarão o funcionamento dos serviços de saneamento básico na região. Essa pesquisa tem como área de estudo o Alto Oeste Potiguar situado na mesorregião do Oeste do estado do Rio Grande do Norte/RN, Nordeste. As políticas públicas sanitárias no Alto Oeste Potiguar encontram-se com fragilidade no que concerne a garantia de qualidade de vida para a população, já que as condições de saneamento nos últimos anos receberam poucos investimentos por parte do setor público.

**Palavras-chave:** Planejamento territorial; Políticas públicas; Saneamento básico; Alto Oeste Potiguar/ RN.

**1 INTRODUÇÃO**

Nesse trabalho, torna-se importante compreender o saneamento básico, que segundo Ribeiro e Rooke (2010) como um fator estratégico para a qualidade da saúde pública, uma vez que a falta de saneamento é um dos elementos determinantes para a distribuição de doenças crônicas. Porém, as condições que se configuram na conservação da limpeza ambiental, evitando resíduos sólidos em espaços inadequados, esgoto a ceu aberto e outros se torna um fator impeditivo a proliferação de vetores epidêmicos, como ratos e insetos e outros que são responsáveis pela disseminação de doenças.

Sobre isto, destaca-se que o desenvolvimento das ações de planejamento em políticas públicas sanitárias é uma realidade que não acontece no país de forma homogênea, na distribuição de investimentos para todas as regiões brasileiras. Fragmentando a união dos estados, municípios e federação na conjunção de forças para o enfrentamento de saneamento apontado como fator para qualidade de vida urbana (PIRES, 2016).

E muito embora, a importância do saneamento para a saúde e para a qualidade am­biental seja das mais ponderáveis, percebe-se que a universalização dos serviços públicos de saúde ainda é uma meta a ser atingida no Brasil nos próximos milênios e especificamente no território do Alto Oeste Potiguar, uma vez que o déficit dos serviços ainda se encontra em patamares incompatíveis para um País que em 2012 passou a ser a 6ª economia do mundo (BORJA, 2014).

Nesse sentido aponta-se para a necessidade de um planejamento estratégico em saneamento mais efetivo no território brasileiro, que leve em conta a implementação de uma política pública multissetorial que aborde o tema da interdisciplinaridade como amplo campo de pesquisa no planejamento em políticas públicas, por se tratar de uma área relacionada a diversas categorias do conhecimento. Essa apropriação de formas multidisciplinares se torna categorias de suma importância para o desenvolvimento dessas estratégias, já que se compreende o trabalho multidisciplinar como um dos elementos chave na promoção da saúde pública no território (PASTORIZA; SILVA, 2014).

A problemática das poucas condições em políticas públicas sanitárias também é uma realidade a ser considerada no território do Alto Oeste Potiguar e no Rio Grande do Norte, região formada basicamente por municípios pequenos, com quadros reduzidos de funcionários atuantes nos controles endêmicos, aliado a necessidade do planejamento em políticas públicas sanitárias. E, consequentemente por não estarem definidas de maneira clara no território as ações eficazes de saneamento básico que contemplam abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluvial urbana, uma vez que os investimentos compactuados entre a escala nacional, estadual e municipal para elaboração de documentos que deem suporte ao saneamento, como os planos municipais, instrumento de grande relevância técnica e social, não estarem presente na grande maioria das gestões públicas municipais do país (LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011).

Na região do Alto Oeste Potiguar compreende-se que são poucas as atuais condições das políticas públicas sanitárias, já que os investimentos compactuados na coleta de esgoto representam cerca de 23,48%, no seu tratamento 24,02% e em outros serviços, tais como, o abastecimento de água, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos representando baixo índice de tratamento (TRATA BRASIL, 2015).

Para tanto, investir na melhoria dos serviços de saneamento básico é considerado como um amplo desafio para um determinado país e um pré-requisito para redução da pobreza e desenvolvimento econômico social, uma vez que sem saneamento não pode haver uma saúde adequada e sem saúde não se pode aspirar ao desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, no sentido de fomentar o desenvolvimento territorial começando pelo básico que é o saneamento. Com isso, a população não precisará conviver com doenças endêmicas*,* já que o saneamento é essencial para promoção da saúde pública em geral (TRATA BRASIL, 2017).

Compreende-se que essa pesquisa é fruto do projeto de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES, o que aumentou o ensejo em contribuir, principalmente com os incentivos dados através do PLANDITES.

Dentro da perspectiva de contribuição às investigações sobre políticas públicas de saneamento na região, o estudo tem como objetivo discutir as implicações do planejamento territorial e políticas públicas em Saneamento Básico no território do Alto Oeste Potiguar/ RN. Para isto, deve-se compreender as condições de saneamento no território e entender as implicações da falta do planejamento nos serviços sanitários.

Portanto, a problemática que se pretende abordar neste trabalho é compreender: Em que medida acontece o planejamento territorial para os serviços de saneamento básico no território do Alto Oeste Potiguar?

Para tanto, este trabalho está dividido em três etapas, começando pela introdução que mostra a problemática da pesquisa e os objetivos a serem alcançados. Em seguida, a pesquisa se dará através dos materiais e métodos, que mostram claramente o tipo de estudo, local da pesquisa, procedimento de coleta dos dados e a forma como os dados serão analisados. Por último, serão os resultados da pesquisa com base na metodologia aplicada.

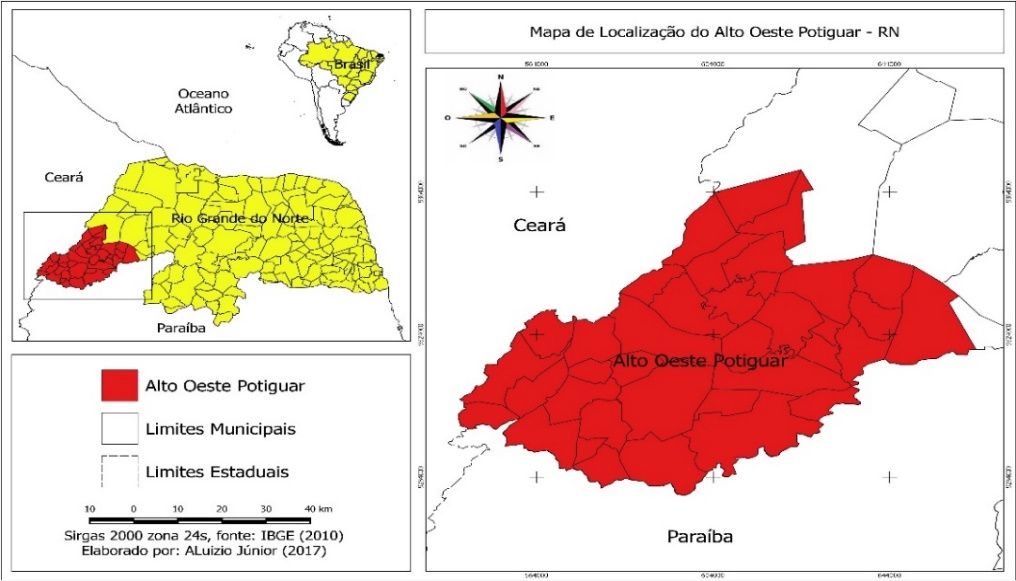
**2 MATERIAIS E MÉTODOS**

2.1 tipo de estudo

Esse estudo adota o método exploratório como desenho de investigação, onde o tema da pesquisa será explorado a partir da interferência do pesquisador que buscará explorar o que está acontecendo, através de critérios específicos e métodos que oferecerão informações sobre um fenômeno estudado, fazendo busca na literatura através dos autores (GRAY, 2012).

2.2 Local do estudo

A pesquisa dedica-se ao estudo na área do território do Alto Oeste Potiguar **(Figura 01)**, situado na mesorregião do Oeste do estado do RN, formado basicamente por 37 municípios, que correspondem as microrregiões de Pau dos Ferros, Serra de São Miguel e Umarizal. O território apresenta uma população estimada de 251.188 habitantes (IBGE, 2018).



**Figura 01**: Mapa de localização do Alto Oeste Potiguar/ RN

**Fonte**: Mapa base do IBGE, 2010, adaptado por Aluízio Júnior (2017).

2.3 Procedimentos de coleta de dados

Será adotado através da revisão bibliográfica e de dados secundários do Sistema de Informações sobre Saneamento – SNIS (2016) e da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura – SDI (2014).

2.4 Análise dos dados

Os dados bibliográficos serão analisados mediante os autores que discutem a temática em si, tais como: Borja (2014); Gray (2012); Leoneti, Prado e Oliveira (2011); Pires (2016); PAC (2017); Trata Brasil (2015) e dentre outros autores. Como também, através de informações sobre os serviços de saneamento básico no Alto Oeste Potiguar disponibilizados pelo SNIS (2016) e SDI (2014) que serão mostradas em forma de tabela, os municípios que aderem aos serviços de saneamento básico na região.

**3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

É importante salientar que a quantidade de resíduos produzidos cotidianamente nos espaços urbanos e rurais brasileiros se relaciona não somente ao nível de renda do indivíduo, mas também a maneira como o poder público trata do planejamento territorial, que determina a disposição adequada do lixo começando pelo saneamento básico que é apontado como um dos pré-requesitos para qualidade de vida urbana e rural. A disposição final de resíduos sólidos no país ainda não recebe o devido tratamento adequado pela perspectiva do planejamento territorial, uma vez que, muitos municípios brasileiros ainda depositam os resíduos em vazadouros (lixões a ceu aberto), ou em áreas alagadas e/ ou alagáveis (QUEIROZ FERNANDES; SOUSA BARRETO SILVA; MOURA, 2016).

O planejamento territorial brasileiro, embora envolva fundamentos interdisciplinares, na prática é realizado dentro de uma situação mais restrita do conhecimento. A disposição adequada do lixo no Brasil vem enfrentando uma série de desdobramentos ao longo dos últimos anos, pois “os programas municipais de coleta seletiva permanecem concentrados nas regiões Sudeste e Sul do país. Do total de municípios brasileiros que realizam esse serviço, 81% estão situados nestas regiões” (REIS; FRIEDE; LOPES, 2017, p. 101). O que faz refletir a realidade da região Nordeste, especificamente no Alto Oeste Potiguar, onde a não efetivação da coleta adequada dos resíduos se torna um problema de saúde pública ambiental.

No Brasil, o déficit relacionado ao setor de saneamento básico é elevado, sobretudo no que se refere ao esgotamento sanitário, com características de maior carência nas áreas periféricas dos espaços urbanos, onde se concentra a população mais vulnerável (CASTRO GALVÃO JÚNIOR; SILVA PAGANINI, 2009).

Essa situação condiz com a necessidade de trabalhar com a realidade dos problemas locais do território, já que percebe-se a necessidade de um modelo assistencial a fim de responder às necessidades e aos problemas de saúde local da população. No Brasil e especificamente na região do Alto Oeste Potiguar, a categoria território ainda é pouco utilizada em trabalhos baseados nos estudos em políticas públicas de saneamento. Por isso, a busca por uma nova abordagem territorial em saúde, que contemple múltiplos olhares científicos, apresenta-se atualmente ainda mais necessária em escala urbana (FARIA; BORTOLOZZI, 2009).

Percebe-se a importância de um planejamento territorial descentralizado que possa promover políticas públicas sanitárias nas regiões mais carentes do Brasil. Um exemplo disso, no estado norte-rio-grandense, que se configura como um dos piores índices de investimento em condições sanitárias, já que o tratamento de esgoto representa menos de 30% (TRATA BRASIL, 2015).

Cabe reforçar a importância do Plano Diretor Municipal (PDM) e o Planejamento Estratégico Municipal (PEM), na elaboração de planos de políticas públicas para os serviços de saneamento básico, que são considerados instrumentos básicos da política de desenvolvimento e expansão urbana (REZENDE; ULTRAMARI, 2007). Só que a realidade política de nosso país reforça ainda mais a falta dos PDM e PEM nos principais municípios, tais como os do Alto Oeste Potiguar/ RN (**Tabela 01)**.

**Tabela 01:** Serviço(s) abrangidos pelo plano municipal de Saneamento

no Alto Oeste Potiguar/ 2016

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Código | Municípios do Alto Oeste Potiguar | Serviço (Abastecimento de água) | Serviço (Esgotamento sanitário) | Serviço (Limpeza pública e manejo de resíduos sólidos | Serviço (Drenagem urbana e manejo de águas pluviais) |
| 240040 | Água Nova | Não | Não | Não | Não |
| 240050 | Alexandria | Não | Não | Não | Não |
| 240090 | Antônio Martins | Não | Não | Não | Não |
| 240330 | Encanto | Não | Não | Não | Não |
| 240400 | Frutuoso Gomes | Não | Não | Não | Não |
| 240590 | João Dias | Não | Não | Não | Não |
| 240690 | Lucrécia | Não | Não | Não | Não |
| 240700 | Luís Gomes | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 240730 | Marcelino Vieira | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 240740 | Martins | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 240840 | Olho D’Água dos Borges | Não | Não | Não | Não |
| 240860 | Paraná | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 240940 | Pau dos Ferros | Não | Não | Não | Não |
| 241000 | Pilões | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 241020 | Portalegre | Não | Não | Não | Não |
| 241050 | Rafael Fernandes | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 241070 | Riacho da Cruz | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 241080 | Riacho de Santana | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 241190 | São Francisco do Oeste | Não | Não | Não | Não |
| 241380 | Taboleiro Grande | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 241410 | Tenente Ananias | Sim | Sim | Sim | Sim |
| 241475 | VenhaVer | Não | Não | Não | Não |
| 241490 | Viçosa | Não | Não | Não | Não |

**Fonte**: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2016).

A ausência desses referidos planos é uma realidade que se configura na região Nordeste, especificamente no Alto Oeste Potiguar/ RN, como consta na tabela acima, por apresentar pouca efetividade nos serviços de saneamento. O PAC é visto como um dos principais fomentadores das políticas de infraestrutura urbana e social, que contribui significativamente para a ampliação das capacidades produtivas do país, já que os recursos investidos em obras de infraestrutura proporcionam a melhoria da qualidade de vida sustentável das pessoas. São obras associadas as rodovias, novas estradas, ferrovias, portos e aeroportos, energia elétrica, iniciativas de promoção da arte e da cultura e a adoção de medidas para implementação do saneamento básico.

Aponta-se para uma distribuição desigual desses investimentos, notadamente na região do Alto Oeste Potiguar (**Tabela 02**), que nos últimos anos tem se deparado com poucos investimentos, o que reflete a ausência de planos e/ ou projetos relacionados ao saneamento. No Rio Grande do Norte, foram contabilizados investimentos para os serviços de saneamento no total de: 504,15 R$ milhões incluindo 2015 a 2018. Só que as parcerias entre estados e municípios ainda são frágeis para que as ações e obras sejam concluídas, com durabilidade e, de fato, beneficiem diretamente a população em geral (PAC, 2017).

**Tabela 02**: Investimento em saneamento básico no Alto Oeste Potiguar/ RN

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Municípios do Alto Oeste Potiguar beneficiados | Empreendimento | Data de seleção | Investimento total (R$ milhares). | Estágio |
|  | Alexandria | Esgotamento  sanitário | 2014 | 2.000,00 | Em obras |
|  | Antônio Martins | Melhorias sanitárias | 2014 | 318,90 | Concluído |
|  | Francisco Dantas | Abastecimento/  água | 2014 | 360,83 | Concluído |
|  | Frutuoso Gomes | Abastecimento/  água | 2014 | 2.147,13 | Em obras |
|  | Itaú | Abastecimento/ água | 2014 | 412,37 | Concluído |
|  | Luís Gomes | Melhorias sanitárias | 2014 | 500,00 | Concluído |
|  | Messias Targino | Esgotamento sanitário | 2014 | 1.339,99 | Em obras |
|  | Olho-d’água do borges | Abastecimento/ água | 2014 | 3.001,01 | Em obras |
|  | Patu | Esgotamento sanitário | 2014 | 3.999,85 | Em obras |
|  | Pilões | Esgotamento sanitário | 2014 | 3.220,77 | Em obras |
|  | Portalegre | Abastecimento/ água | 2014 | 2.829,24 | Em obras |
|  | São Francisco do Oeste | Abastecimento água | 2014 | 361,02 | Concluído |
|  | São Miguel | Abastecimento/ água | 2014 | \*\*\*\*\* | Ação preparatória |
|  | Viçosa | Abastecimento/ água | 2014 | 360,79 | Concluído |
| **Fonte:** Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) (2014). | | | | | |

Nota-se conforme a tabela acima, que no referido ano de seleção foram contemplados investimentos para os serviços públicos de saneamento nos municípios beneficiados da região, só que ainda existem algumas localidades em que as obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água encontram-se em andamento.

Já no ano de 2017, foram contemplados investimentos para os serviços públicos de saneamento nos municípios da mesma região, só que ainda existem algumas localidades em que as obras de esgotamento sanitário e manejo adequado de resíduos sólidos encontram-se em execução. O que faz refletir a dificuldade técnica de operacionalizar a conclusão destes serviços no território e pela simples falta de parceria entre município e estado para conclusão destas ações, como suporte para garantia do desenvolvimento social sustentável (PAC, 2017).

Como reflexo dessa situação, no estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o Atlas da Agência Nacional de Águas, cerca de 80,17 mil metros cúbicos de esgoto são gerados por mês na região, dos quais 37,79 mil m³ de esgoto são descartados no meio ambiente sem qualquer procedimento de tratamento adequado resultando em 47,13% do total. Diante disso, são ao todo 37 milhões de litros de esgoto lançados *in natura* diretamente no ambiente, por mês, já que leva-se em conta, a degradação ambiental, a significativa carga lançada no meio, dentre os 52,87% de efluentes provenientes de algum tratamento na região, os quais são advindos de sistemas com pouca ou nenhuma operação e manutenção, resultando em baixas eficiências de remoção dos tratamentos implantados (ANA, 2017).

Sobre o abastecimento público de água, a região encontra-se muitas vezes abastecida apenas por caminhões-pipa, já que não são atendidos frequentemente pela atual rede de cisternas, poços e/ou reservatórios, adutoras, e demais infraestruturas existentes. Esse não atendimento muitas vezes reflete na situação de uma ineficiência na gestão municipal na identificação de possíveis problemas e planejamento urbano para possíveis soluções, assim como também, no gerenciamento dos recursos hídricos disponíveis nos territórios (RODRIGUES *et al*, 2018).

No que se refere a destinação adequada de resíduos sólidos no estado, a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte aponta que, apenas 8,4% dos municípios têm alguma iniciativa associada à coleta seletiva, considerada importante ação de manejo para redução dos riscos à saúde da população em geral. Vale considerar ainda que 85,6% dos municípios na região já coletam e destinam adequadamente os resíduos relacionados aos serviços de saúde, tais como, o lixo hospitalar (SEMARH, 2017).

Sobre os serviços de drenagem urbana e manejo das águas pluviais, está predominantemente vinculada à gestão municipal dos municípios do estado. Na região, o que se encontra na realidade é pouca e/ ou nenhuma ação de planejamento, operação e manutenção dos sistemas relacionados a drenagem das águas de chuva. Algumas ações executadas em relação os serviços de drenagem urbana, se destinam à pavimentação de ruas, sem prévio planejamento que muitas vezes, se resultam em aumento dos problemas de inundações e alagamentos nas vias urbanas (RODRIGUES *et al*, 2018).

Já a ideia do planejamento participativo no setor público de saúde diz respeito à incorporação de novos atores ao processo decisório da política, uma vez que no campo atual do planejamento existem intenções de ampliação da participação popular. Ao passo que no campo da gestão, da política, no uso do poder político, a origem dessa participação pode ser caracterizada pela trajetória da Reforma Sanitária Brasileira. Já no campo do planejamento a origem é outra, uma vez que a incorporação de novos atores sociais ao processo de decisão pode ser compreendida tomando-se por base a trajetória histórica do planejamento urbano em saúde (SILVA, 2001). Diante disso, torna-se necessário pelo poder público a criação de mecanismos de participação e controle social relacionados ao saneamento do território (**Tabela 03**), no Alto Oeste Potiguar.

**Tabela 03**: Mecanismo de participação e controle social referente ao saneamento

nos municípios do Alto Oeste Potiguar/ 2016

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Código | Municípios do Alto Oeste Potiguar | Conselho e/ ou órgão colegiado | Conferência | Audiência pública | Outros |
| 240040 | Água Nova | Não | Não | Não | Não |
| 240050 | Alexandria | Não | Não | Não | Não |
| 240090 | Antônio Martins | Não | Não | Não | Não |
| 240330 | Encanto | Não | Não | Não | Não |
| 240400 | Frutuoso Gomes | Não | Não | Não | Não |
| 240590 | João Dias | Não | Não | Não | Não |
| 240690 | Lucrécia | Não | Não | Não | Não |
| 240700 | Luís Gomes | Não | Não | Não | Não |
| 240730 | Marcelino Vieira | Não | Não | Não | Não |
| 240740 | Martins | Não | Não | Não | Não |
| 240840 | Olho D’Água dos Borges | Não | Não | Não | Não |
| 240860 | Paraná | Não | Não | Não | Não |
| 240940 | Pau dos Ferros | Não | Não | Não | Não |
| 241000 | Pilões | Não | Não | Não | Não |
| 241020 | Portalegre | Não | Não | Não | Não |
| 241050 | Rafael Fernandes | Não | Não | Não | Não |
| 241070 | Riacho da Cruz | Não | Não | Não | Não |
| 241080 | Riacho de Santana | Não | Não | Não | Não |
| 241190 | São Francisco do Oeste | Não | Não | Não | Não |
| 241380 | Taboleiro Grande | Não | Não | Não | Não |
| 241410 | Tenente Ananias | Não | Não | Não | Não |
| 241475 | VenhaVer | Não | Não | Não | Não |
| 241490 | Viçosa | Não | Não | Não | Não |

**Fonte**: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2016).

O envolvimento de atores diversificados (cidadãos, sociedade civil, etc.) no planejamento participativo e o uso de procedimentos metodológicos mais descentralizados de mobilização e diálogo se configura como um elemento eficaz na caracterização de políticas públicas de desenvolvimento territorial dentre elas, o saneamento. Entretanto, procurando assim, garantir a representatividade da diversidade e complexidade que caracterizam as populações de hoje, complementando os mecanismos de decisão próprios da democracia representativa (FERRRÃO, 2010).

Realidade que não se associa, conforme a tabela acima referente aos municípios do Alto Oeste Potiguar no ano de 2016, uma vez que não existe mecanismos de participação e controle social para sociedade da região participar ativamente no planejamento das ações públicas sanitárias. Dessa forma, quando se tem um planejamento com ampla participação popular é pensar num modelo sustentável que priorize o ambiente como fator para qualidade de vida e que possa satisfazer os interesses da sociedade (ARAUJO; ARRUDA, 2011).

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visa-se a importância da geografia da saúde, que buscasse contribuir para os estudos e pesquisas relacionados às políticas públicas de saneamento básico correlacionadas ao fator territorial. Atualmente no Brasil, a área da geografia da saúde tem contribuído decisivamente na investigação de questões relacionadas a saúde pública brasileira tendo em vista sua natureza social interdisciplinar, associada aos fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Demonstra-se que as poucas condições sanitárias no território do Alto Oeste Potiguar é reflexo da falta de ações por parte do poder público municipal e/ ou até mesmo estadual, interferindo diretamente na qualidade da saúde da sociedade. Isso faz refletir até que ponto existe o compromisso com à categoria território, no que diz respeito a uma das condições básicas de desenvolvimento de qualquer sociedade, que é o acesso ao saneamento básico.

**REFERÊNCIAS**

Agência Nacional de Águas (ANA). Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, 2017. Disponível em: <<http://portal1.snirh.gov.br/arquivos/Atlas_Esgoto/Rio_Grande_do_Norte/Relatorio_Geral/Natal.pdf/>>. Acesso em: 30 de Julho. 2018.

ARAUJO, J. M; ARRUDA, D. B. Práticas de sustentabilidade no Semiárido brasileiro:direito ao desenvolvimento econômico-sustentável. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.8, nº.16, p.235-260, Julho /Dezembro/ 2011. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/index>. Acesso em: 12 de Maio. 2018.

BORJA, P. C. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Revista Saúde e Sociedade**, v.23, n.2, p.432-447. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc.htm>>. Acesso em: 21 de Março. 2018.

CASTRO GALVÃO JÚNIOR, A. de; SILVA PAGANINI, W. da. Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Eng Sanit Ambient**, v.14 n.1, p. 79-88, jan./mar 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/esa/paboutj.htm>>. Acesso em: 23 de Junho. 2018.

FERRÃO, J. **Governança e Ordenamento do Território**: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. Prospectiva e planeamento, vol. 17, p. 130-139. 2010.

FARIA, R. M; BORTOLOZZI, A. Espaço, Território e Saúde: Contribuições de Milton Santos para o Tema da Geografia da Saúde no Brasil. **Revista. RA’ E GA** Curitiba, v. 17, nº. 17, Editora UFPR, p. 31-41. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufpr.br/raega>>. Acesso em: 06 de Maio. 2018.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população**, 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 12 de Outubro. 2018.

LEONETI, A. B; PRADO, E. L. do; OLIVEIRA, S. V. W. B. de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de Administração Pública (RAP),** Rio de Janeiro, 45 (2): p. 331-348. Mar/ Abr, 2011. Disponível em: <http://[www.scielo.br/pdf/rap/v45n2/03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n2/03.pdf)>. Acesso em: 26 de agosto. 2016.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC**). Infraestrutura Social e Urbana**. Ministério do Planejamento. Disponível em: <<http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/saneamento/rn/100>>. 2017.

PIRES, E. L. S. Território, Governança e Desenvolvimento: questões fundamentais. **Revista Caderno Prudentino de Geografia**, nº.38, v.2, p.24-49. ago./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/issue/view/324>. Acesso em: 07 de Maio. 2018.

PASTORIZA, T. B; SILVA, E. N. O Ensino Interdisciplinar do Tema Dengue: uma proposta para a geografia. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. **Hygeia**

10 (18), p. 71 – 81. Jun/2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>. Acesso em: 29 de Março. 2018.

QUEIROZ FERNANDES, A. C. de; SOUSA BARRETO SILVA, F. de; MOURA, R. S. C. Sociedade de consumo e o descarte de Resíduos Sólidos urbanos: reflexões a partir de um estudo de caso em Pau dos Ferros/RN. **Revista *GEO*Temas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.6, n.2, p.30-47, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/issue/view/153>>. Acesso em: 23 de junho. 2018.

REIS, D; FRIEDE, R; LOPES, F. H. P. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e educação ambiental. **Revista Interdisciplinar de Direito**. v.14, nº. 1, p. 99-111, Jan./Jun. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/download/251/199/>. Acesso em: 09 de Maio. 2018. 16:38.

RODRIGUES, L. C*. et al*. Cartografia do saneamento básico do Rio Grande do Norte. Dossiê Cartografias ambientais do Rio Grande do Norte. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, nº. 34, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/12747>>. Acesso em: 30 de Julho. 2018.

REZENDE, D. A; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública – RAP** Rio de Janeiro, v. 41(2): p. 255-71, Mar./Abr. 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/738>. Acesso em: 08 de Maio. 2018.

RIBEIRO, J. W; ROOKE, J. M. S. **Saneamento Básico e sua relação com o Meio Ambiente e a Saúde Pública.** Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, 2010, 26 p.

Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH). Situação dos municípios quanto a destinação dos resíduos sólidos no RN. 2017. Disponível em <<http://www.semarh.rn.gov.br>>. Acesso em: 30 de Julho. 2018.

SILVA, S. F. **Municipalização da saúde e poder local**: sujeitos, atores e políticas. São Paulo: Hucitec, 2001, 293p.

TRATA BRASIL – Saneamento é Saúde. Ociosidade das Redes de Esgoto, 2015. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>>. Acesso em: 10 de Junho. 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_SANEAMENTO É SAÚDE. 2017. Disponível Em: <http://tratabrasil.org.br/uberlandia-mantem-bons-indices-de-saneamento-basico>. Acesso em: 26 de Junho. 2018.